

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Tegma Gestão Logística S.A. ("Companhia") e suas empresas Controladas ("Companhia e suas Controladas") têm entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de gestão logística, transporte e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo, químicos e eletrodomésticos.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, registrada no segmento especial do mercado de ações da B3, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação TGMA3, e está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no seu Estatuto Social.

Seus acionistas controladores são: Sinimbu Participações Societárias e Empreendimentos S.A. e COIMEX Empreendimentos e Participações Ltda.

2 Relação de entidades controladas

O Grupo está constituído da seguinte forma:

Controladas diretas e indiretas	Participação (%)	Participação	Relacionamento
	2017	(%) 2016	
Tegma Cargas Especiais Ltda. ("TCE")	100,00	100,00	Controlada
Tegma Logística Integrada S.A. ("TLI")	100,00	100,00	Controlada
Tegma Logística de Armazéns Ltda. ("TLA") (ii)	100,00	-	Controlada
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. ("Tegmax")	100,00	100,00	Controlada
Tegma Logística de Veículos Ltda. ("TLV")	100,00	100,00	Controlada
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. ("Niyati")	100,00	100,00	Controlada
Catlog Logística de Transportes S.A. ("Catlog")	49,00	49,00	Controlada em Conjunto
Tegma Venezuela S.A. ("TV") (i)	-	25,00	Controlada em Conjunto

Conforme descrito na nota explicativa nº18, as operações da Companhia e suas Controladas são divididas em dois segmentos operacionais e reportáveis: (1) Logística Automotiva, que realiza transporte de veículos e peças para montadoras, e (2) Logística Integrada, que realiza operações de transporte, armazenagem e serviços correlatos e gestão de estoque, entre outras, para diversos segmentos de mercado.

Desde janeiro de 2015, a investida Catlog mantém-se inativa operacionalmente. A retomada das atividades pode ser reconsiderada caso julgado conveniente pela Companhia

Em dezembro de 2016, foi efetuada a aprovação pelo Conselho de Administração do plano de ação, que consistia na transferência da operação de gestão de pátios e transporte de veículos da Companhia para a Controlada Tegma Logística de Veículos Ltda. ("TLV"). Em relação ao plano de incorporação da operação de logística de químicos da Controlada Tegma Cargas Especiais Ltda. ("TCE") pela Controlada Tegma Logística Integrada S.A. ("TLI"), o mesmo foi substituído em função da reestruturação societária descrita no item (ii) a seguir e da nota explicativa 27.

(i) Alienação de investimento

Em maio de 2017, foi aprovado pela Administração a alienação da participação de 25% na Controlada em conjunto Tegma Venezuela S.A., por não se tratar de um fato relevante para a Companhia, não houve a divulgação antecipada dessa movimentação acionária.

(ii) Reestruturação societária

Em 31 de agosto de 2017, a Controlada Tegma Logística Integrada S.A. realizou um aumento do capital social na Tegma

Logística de Armazéns Ltda. mediante a conferência de parte dos acervos líquidos de sua titularidade. O aporte de capital foi de R\$ 20.639 mediante a emissão de 20.639 novas quotas com o valor nominal de R\$1,00 cada.

O acervo líquido cedido com base nos valores contábeis de 31 de agosto de 2017 foram revisados por uma consultoria independente, conforme demonstrado abaixo:

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1.266	Empréstimos e financiamentos	599
Contas a receber	6.809	Fornecedores	1.142
Partes relacionadas	416	Partes relacionadas	827
Outras contas a receber	83	Salários e encargos sociais	1.571
Despesas antecipadas	366	Demais contas a pagar	1.067
Não circulante		Não circulante	
Depósitos Judiciais	2.120	Empréstimos e financiamentos	4.008
Imobilizado	17.734		
Intangível	1.059	Total passivo	9.214
Total ativo	29.853	Acervo líquido	20.639

O acervo líquido remanescente da Tegma Logística Integrada S.A., ou seja, excluída a participação detida por esta última na Tegma Logística Armazéns Ltda, é objeto do acordo de Associação entre a Companhia e, a BCDF e JR Participações S.A. (“Holding Silotec”) e a GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística S.A. (“GDL”) para a criação de uma joint venture que unirá as atividades de armazenagem e movimentação de mercadorias desenvolvidas em Cariacica-ES pela Tegma Logística Integrada S.A. (“TLI”), subsidiária integral da Tegma Gestão Logística S.A., e pela Companhia de Transportes e Armazéns Gerais (“Silotec”), subsidiária integral da Holding Silotec.

Dessa maneira, a GDL deterá 100% das participações acionárias da TLI e da Silotec, e terá seu capital igualmente dividido entre a Tegma Gestão Logística S.A. e a Holding Silotec.

Já as atividades desenvolvidas em São Paulo e Rio de Janeiro ficam compreendidas na Tegma Logística de Armazéns Ltda.

Em 22 de dezembro de 2017, a Tegma Logística Integrada S.A transferiu as quotas da empresa Tegma Logística de Armazéns Ltda. para sua Controladora, desse modo a TLA passa a ser controlada direta da Tegma Gestão Logística S.A.

3 Bases para preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Nota explicativa nº 6- reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;

Nota explicativa nº 9 e 11- teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio;

Nota explicativa nº 10 e 11 – definição de vida útil do imobilizado e intangível;

Nota explicativa nº 15 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos;

Nota explicativa nº 14 – reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais;

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo.

3.1 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas Controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Já aquelas relacionadas a diferentes aspectos das demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Ressalta-se que políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

a Base de consolidação

(i) Controladas e investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas Controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordos de acionistas, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 2 – Relação de entidades controladas – e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da Catlog Logística de Transportes S.A. (“Catlog”) e da Tegma Venezuela S.A. (“TV”) consideradas como empreendimentos controlados em conjunto, que tem seu resultado considerado nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva de aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos em controladas e controladas em conjuntos estão apresentados na nota explicativa nº 9 – Investimentos.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas

da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional (Real), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e demais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As demonstrações financeiras da Tegma Venezuela, única entidade da Companhia cuja moeda funcional (Bolívar) é diferente da moeda de apresentação, são convertidas na moeda de apresentação, como segue: (i) os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; (ii) as receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias; e (iii) todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Adicionalmente conforme apresentado na nota explicativa nº 2 (i), em maio de 2017 a Companhia alienou a participação que detinha na Controlada em conjunto Tegma Venezuela S.A.

c Instrumentos financeiros

A Companhia e suas Controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia e suas Controladas classificam passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e passivos financeiros pelo custo amortizado.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas Controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas Controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas Controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas Controladas em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e suas Controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas Controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

d Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

Inadimplência ou atrasos do devedor;

Reestruturação de um valor devido ao grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;

Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;

Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou

Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas Controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no

resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas Controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f Demonstrações de valor adicionado

A Companhia e suas Controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

g Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas Controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas aquele ativo ou passivo.

h Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia e suas Controladas não adotaram antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Diversas mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de <i>hedge</i> .	01/01/2018
IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes	Introduz um novo modelo contábil para determinar quando uma receita é reconhecida. Também prevê novas exigências de divulgação.	01/01/2018
IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil	Requer uma nova avaliação dos arrendamentos tanto dos arrendadores ou dos arrendatários, substituindo o IAS 17. A definição de arrendamento financeiro desaparece, deixando exceções para arrendamentos de curto prazo e itens de valor baixo.	01/01/2019
IFRS 2/ CPC 10 – Classificação e mensuração de remuneração baseada em ações	Entre outras mudanças descreve sobre as modificações de opções para liquidação em ações.	01/01/2018
Melhorias ao IFRS 10 (CPC 36) e IAS 28 (CPC 18) – Venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou Joint Venture	Em Caso de venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou <i>Joint Venture</i> , o efeito da transação somente seria reconhecida no resultado na medida em que a transação for com um terceiro não relacionado.	01/01/2018

a) IFRS 9 / CPC 48

Em 2017, a Companhia e suas Controladas realizaram uma avaliação detalhada dos impactos dos principais aspectos da IFRS 9 / CPC 48. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas a Companhia em 2018, quando esta passará a adotar a IFRS 9 / CPC 48. Em geral a Companhia e suas Controladas não preveem nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Hedge Accounting

Atualmente a Companhia e suas Controladas não possuem qualquer operação com derivativos e nem qualquer estratégia de proteção classificada como *hedge accounting*. Neste sentido não há qualquer impacto decorrente da adoção da IFRS 9 / CPC 48.

Classificação e mensuração

A Companhia e suas Controladas não esperam qualquer impacto em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração do IFRS 9 / CPC 48. Os ativos e passivos atualmente classificados como “Empréstimos e recebíveis” serão classificados como “Custo amortizado” de acordo com a nova norma. Já aqueles classificados como “Valor justo por meio do resultado” continuarão com a mesma classificação. Do mesmo modo, todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia e suas Controladas continuarão com a mesma base de mensuração, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

	Base de Mensuração - IAS 39	Base de Mensuração - IFRS 9
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	Custo amortizado
Demais contas a receber	Custo amortizado	Custo amortizado
Partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado
Dividendos a receber	Custo amortizado	Custo amortizado
Passivos financeiros		
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores e fretes a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado
Demais contas a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado
Partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado
Dividendos a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado

Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 / CPC 48 exige que a Companhia e suas Controladas registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia e suas Controladas aplicarão a abordagem simplificada e registrarão perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes. Em razão das perdas com recebíveis não serem relevantes no âmbito da Companhia e suas Controladas não esperamos efeitos materiais nas demonstrações financeiras decorrente deste no critério de provisionamento.

b) IFRS 15 / CPC 47

A IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a nova norma, a receita é reconhecida pelo preço de transação - valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Tegma, como um Grupo prestador de serviços logísticos, identificou que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes já seguem as disposições da norma nova. Suas receitas já são reconhecidas à medida em que a Companhia e suas Controladas atendem suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação. Por essa razão, o reconhecimento e a mensuração das receitas de contratos com clientes não sofrerão alterações significativas. Assim, com base nas avaliações realizadas, os resultados da Companhia e suas Controladas não apresentarão impactos relevantes na adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2018.

Importante ressaltar que, como a norma introduz novas exigências de divulgação, a partir do exercício de 2018 uma divulgação mais detalhada em nota explicativa no tocante às receitas da Companhia e suas Controladas em linha com as disposições previstas pela IFRS 15 / CPC 47 será apresentada.

c) IFRS 16 / CPC 06 (R2)

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil, cuja aplicação ocorrerá a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários reconheçam os arrendamentos nos seus balanços patrimoniais, refletindo o seu direito de usar um ativo durante um determinado período e o passivo associado para refletir as obrigações. Os juros sobre o passivo de arrendamento serão registrados de acordo com a taxa efetiva e a amortização do ativo será reconhecida na demonstração do resultado de acordo o padrão de consumo do referido direito.

A Companhia e suas Controladas ainda estão avaliando os impactos da adoção dessa norma, mas esperam que os mesmos sejam significativos. No balanço patrimonial espera-se um aumento dos ativos não circulantes pelo registro do direito de uso e dos passivos financeiros em decorrência das obrigações previstas nos contratos. Na demonstração do resultado, haverá uma alteração na forma de classificação das despesas com aluguel e arrendamento. Estas passarão a ser as contabilizadas como despesa de juros e despesa de depreciação. Essa nova forma de contabilização dos arrendamentos tenderá a aumentar o EBITDA da Companhia e suas Controladas. Contudo não haverá qualquer impacto sobre os fluxos de caixa da Companhia e suas Controladas.

4 Gestão de risco financeiro

A gestão de riscos é realizada pela tesouraria central da Companhia, sendo avaliadas e definidas estratégias de proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia e de suas Controladas. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a Risco de mercado - Taxa de câmbio

A Companhia e suas Controladas estavam expostas ao risco de câmbio em razão de transações em moeda estrangeira, representadas por operações no exterior (Venezuela). Em 31 de dezembro de 2017, não há operações com instrumentos financeiros derivativos.

b Risco de mercado - Taxa básica de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas Controladas decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas Controladas não possuem empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. O risco de taxa de juros da Companhia e de suas Controladas é representado pela exposição à variação do CDI, TJLP e SELIC. A seguir está demonstrada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à essas variações:

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Empréstimos e financiamentos em moeda local (nota explicativa nº 12)	(50.151)	(54.747)	(1.182)	(1.182)
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(168.127)	(168.127)	(290.395)	(290.395)
Equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5)	46.128	148.306	92.977	191.871
Exposição líquida	(172.150)	(74.568)	(198.600)	(99.706)

c Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com “rating” mínimo “A”. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais de clientes são determinados com base em classificações internas. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

d Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e de suas Controladas e agregada pelo

departamento de finanças, o qual monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia e suas Controladas não deixem de cumprir os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. O excesso de caixa é geralmente investido em fundos de renda fixa de curto prazo com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir ilustra os passivos financeiros não derivativos da Companhia e de suas Controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são fluxos de caixas não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Controladora				
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 6 anos
Empréstimos e financiamentos	50.151	57.154	4.513	49.155	3.486
Debêntures	168.127	186.448	78.591	52.908	54.949
Fornecedores e fretes a pagar	29.406	29.406	29.406	-	-
Demais contas a pagar - nota explicativa nº 16	20.320	20.320	20.320	-	-
Dividendos a pagar	3.128	3.128	3.128	-	-
Partes relacionadas - nota explicativa nº 24	1.297	1.297	1.297	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	272.429	297.753	137.255	102.063	58.435

	Consolidado				
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 6 anos
Empréstimos e financiamentos	54.747	62.071	5.552	50.401	6.118
Debêntures	168.127	186.448	78.591	52.908	54.949
Fornecedores e fretes a pagar	32.237	32.237	32.237	-	-
Demais contas a pagar - nota explicativa nº 16	26.067	26.067	26.067	-	-
Dividendos a pagar	3.128	3.128	3.128	-	-
Partes relacionadas - nota explicativa nº 24	826	826	826	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	285.132	310.777	146.401	103.309	61.067

e Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas Controladas, com cenário mais provável (Cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, a taxa de risco 10% sobre as taxas vigentes na data base, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% da parcela de acréscimo na deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (Cenários II e III).

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Operação	Controladora			Consolidado		
	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II) - 25%	Cenário Remoto (III) - 50%	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II) - 25%	Cenário Remoto (III) - 50%
Aplicações Financeiras CDI Receita	7.239	8.226	9.872	17.278	19.634	23.560
Receita	7.239	8.226	9.872	17.278	19.634	23.560
Finame (TJLP)	(19)	(22)	(26)	(413)	(469)	(563)
NCE - Nota de crédito de exportação	(2.793)	(3.174)	(3.808)	(2.793)	(3.174)	(3.808)
Juros s/empréstimo (Debêntures)	(26.179)	(29.749)	(35.698)	(26.179)	(29.749)	(35.698)
Despesa	(28.991)	(32.945)	(39.532)	(29.385)	(33.392)	(40.069)
Efeito líquido no resultado/						
Patrimônio líquido	(21.752)	(24.719)	(29.660)	(12.107)	(13.758)	(16.509)

f Gestão de capital

A Companhia e suas Controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Já o capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimos e financiamentos – nota explicativa nº 12	50.151	1.182	4.747	1.182
Debêntures – nota explicativa nº 12	168.127	290.395	168.127	290.395
Caixa e equivalentes de caixa – nota explicativa nº 5	(46.534)	(93.402)	(148.732)	(192.858)
Dívida líquida	171.744	198.175	74.142	98.719
Total do patrimônio líquido	448.806	375.077	448.806	375.077
Total do capital	620.550	573.252	522.948	473.796
Índice de alavancagem financeira	28%	35%	14%	21%

g Classificação dos instrumentos financeiros

O CPC 40 (R1) (IFRS 7) define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Outras informações, exceto aquelas incluídas no nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado.

Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos classificados em outras categorias além das informadas.

	Controladora			Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo
Em 31 dezembro de 2017						
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Aplicações financeiras – nota explicativa nº 5	46.128	46.128	Nível 2	148.306	148.306	Nível 2
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa – nota explicativa nº 5	406	406	Nível 1	426	426	Nível 1
Contas a receber de clientes – nota explicativa nº 6	146.052	146.052	Nível 2	171.180	171.180	Nível 2
Partes relacionadas – nota explicativa nº 24	589	589	Nível 2	768	768	Nível 2
Dividendos a receber– Nota nº 24	6.035	6.035	Nível 2	-	-	Nível 2
Demais contas a receber – nota explicativa nº 7 (i)	55	55	Nível 2	2.268	2.268	Nível 2
	199.265	199.265		322.948	322.948	
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Debêntures – nota explicativa nº 12	168.127	151.730	Nível 1	168.127	151.730	Nível 1
Empréstimos e financiamentos – nota explicativa nº 12	50.151	43.688	Nível 2	54.747	47.291	Nível 2
Fornecedores e fretes a pagar	29.406	29.406	Nível 2	32.237	32.237	Nível 2
Demais contas a pagar – nota explicativa nº 16	20.320	20.320	Nível 2	26.067	26.067	Nível 2
Partes relacionadas – nota explicativa nº 24	1.297	1.297	Nível 2	826	826	Nível 2
Dividendos a distribuir	3.128	3.128	Nível 2	3.128	3.128	Nível 2
	272.429	249.569		285.132	261.279	

(i) Não incluem valores referente aos adiantamentos a funcionários e fornecedores.

	Controladora			Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo
Em 31 dezembro de 2016						
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Aplicações financeiras – nota explicativa nº 5	92.977	92.977	Nível 2	191.871	191.871	Nível 2
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa – nota explicativa nº 5	425	425	Nível 1	987	987	Nível 1
Contas a receber de clientes – nota explicativa nº 6	128.601	128.601	Nível 2	154.255	154.255	Nível 2
Partes relacionadas – nota explicativa nº 24	324	324	Nível 2	770	770	Nível 2
Demais contas a receber – nota explicativa nº 7 (i)	148	148	Nível 2	20.755	20.755	Nível 2
	222.475	222.475		368.638	368.638	
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Debêntures – nota explicativa nº 12	290.395	258.761	Nível 1	290.395	258.761	Nível 1
Empréstimos e financiamentos – nota explicativa nº 12	1.182	1.097	Nível 2	1.182	1.097	Nível 2
Fornecedores e fretes a pagar	37.990	37.990	Nível 2	43.164	43.164	Nível 2
Demais contas a pagar – nota explicativa nº 16	13.833	13.833	Nível 2	18.011	18.011	Nível 2
Partes relacionadas – nota explicativa nº 24	20.262	20.262	Nível 2	1.128	1.128	Nível 2
Dividendos a distribuir	3.284	3.284	Nível 2	3.284	3.284	Nível 2
	366.946	335.227		357.164	325.445	
(i) Não incluem valores referente aos adiantamentos a funcionários e fornecedores.						

5 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos da Companhia e de suas Controladas, e não constituem um investimento visando auferir ganhos. Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Recursos em banco e em caixa	406	425	426	987
Aplicações financeiras	46.128	92.977	148.306	191.871
	46.534	93.402	148.732	192.858

As aplicações financeiras estão representadas por operações compromissadas lastreadas em títulos financeiros com liquidez imediata, com remuneração entre 96,5% e 102,5% (96% e 101,2% em dezembro 2016) da variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A Companhia adota uma gestão de caixa centralizada na Controladora, apesar do caixa consolidado ser distribuído entre suas Controladas.

A exposição da Companhia e suas Controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na nota explicativa nº 4.

6 Contas a receber de clientes

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e de suas Controladas. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo dos serviços, deduzidas as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa quando requerida.

A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada período se há evidência de que a qualidade do crédito do ativo financeiro é considerada deteriorado.

A Companhia e suas Controladas tem como regra geral a constituição de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa de todos os créditos vencidos há mais de 180 dias. Para avaliação dos créditos de liquidação duvidosa do montante vencido há mais de 180 dias são excluídos os créditos, cujos clientes não possuem histórico de perdas. Esses clientes referem-se substancialmente ao setor automotivo.

Caso o valor originalmente provisionado seja recebido, a Companhia efetua uma reversão da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa. Quando não há expectativa de recebimento dos valores, a Companhia reconhece a perda efetiva dos títulos, revertendo igualmente a provisão constituída.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contas a receber da venda de serviços:				
. No Brasil	146.163	140.973	173.148	172.327
Contas a receber no Brasil	146.163	140.973	173.148	172.327
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(111)	(12.372)	(1.968)	(18.072)
	146.052	128.601	171.180	154.255

Em 31 de dezembro de 2017 o prazo médio de recebimento é de aproximadamente 37 dias Controladora e 44 dias Consolidado (42 dias Controladora e 44 dias Consolidado em dezembro de 2016).

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Títulos a vencer	127.318	98.645	151.858	123.619
Títulos vencidos até 30 dias	16.729	10.595	17.252	10.975
Títulos vencidos de 31 até 90 dias	758	7.326	812	7.423
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	589	9.284	600	9.487
Títulos vencidos há mais de 181 dias	769	15.123	2.626	20.823
	146.163	140.973	173.148	172.327

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa da Companhia e de suas Controladas é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	(12.372)	(12.450)	(18.072)	(17.205)
Baixa	12.238	-	16.197	-
Adições	(44)	(929)	(266)	(2.548)
Reversões	67	1.007	173	1.681
Saldo final	(111)	(12.372)	(1.968)	(18.072)

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi registrada no resultado do exercício na rubrica de "Outras despesas líquidas" (nota explicativa 21).

A exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia e suas Controladas não mantêm nenhum título como garantia.

Em 31 de dezembro de 2017 as baixas de títulos das contas a receber oriundos de antiga Controlada, foram R\$ 12.238 na Controladora e R\$ 16.197 no Consolidado, tendo como contrapartida a provisão para crédito de liquidação duvidosa, ambas as contas do ativo circulante, não tendo efeito no resultado do exercício.

7 Demais contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Adiantamento a fornecedores	2.359	2.145	2.811	2.628
Adiantamento funcionários	1.194	894	1.356	1.036
Sinistros a Recuperar	55	112	61	1.932
Indenizações de combinação de negócios (i)	-	-	-	5.416
Recuperação de despesas a receber	-	-	298	-
Valores a receber (ii)	-	-	1.907	13.371
Outros créditos	-	36	2	36
	3.608	3.187	6.435	24.419
Circulante	3.608	3.187	4.528	11.048
Não circulante	-	-	1.907	13.371
	3.608	3.187	6.435	24.419

(i) Valores a receber dos antigos acionistas da Tegma Cargas Especiais Ltda (TCE).

(ii) Valores oriundos de contas a receber de controlada com realização superior a 365 dias, já líquido de eventuais provisões.

8 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
PIS e COFINS (i)	33.264	144	39.037	553
INSS a recuperar	8.508	6.455	13.354	11.142
ICMS a recuperar	-	-	4	912
Fundaf (ii)	-	-	12.162	-
Outros	370	61	2.141	425
	42.142	6.660	66.698	13.032
Circulante	36.234	6.660	42.770	13.032
Não circulante	5.908	-	23.928	-
	42.142	6.660	66.698	13.032

- (i) A Companhia identificou com o apoio de especialistas independentes, oportunidades tributárias das contribuições para o PIS e COFINS na revisão dos últimos 5 anos, referente aos créditos sobre os gastos incorridos na subcontratação de empresas de transporte e itens do imobilizado, que resultou em um crédito de R\$ 33.096 na Controladora, sendo R\$ 25.624 de principal e R\$ 7.472 de atualização monetária (R\$ 38.336 Consolidado, sendo R\$ 29.757 de principal e R\$ 8.579 de atualização monetária).
- (ii) A Controlada Tegma Logística Integrada S.A. vinha efetuando até 2014 o recolhimento ao FUNDAF (Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização), de uma contribuição sobre as receitas de serviços alfandegários na localidade de Cariacica/ES. Em 2014, a Controlada entrou com o pedido de restituição desses valores junto à União Federal por entender que tratava de uma cobrança inconstitucional. Em junho de 2017 a Controlada obteve decisão favorável transitado em julgado. Dessa maneira, essa restituição está registrada em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 12.162 (sendo R\$ 7.677 de principal e R\$ 4.485 de atualização monetária). O ressarcimento integral dos valores ocorrerá por futuros precatórios emitidos pela União.

Os valores de impostos a recuperar foram gerados pela própria operação da Companhia e suas Controladas e serão compensados com débitos futuros da mesma natureza, dessa forma, os valores estão apresentados a valores de realização.

9 Investimentos

Controladas e Controladas em conjunto

	Controladora					
	2017			2016		
	Investimento	Ágio líquido	Total	Investimento	Ágio líquido	Total
Controladas						
Tegma Cargas Especiais Ltda. (TCE)	108.886	6.364	115.250	93.364	6.364	99.728
Tegma Logística Integrada S.A. (TLI)	43.465	2.491	45.956	63.959	2.491	66.450
Tegma Logística se Armazéns Ltda. (TLA) (i)	22.236	-	22.236	-	-	-
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. (Niyati)	64.203	-	64.203	61.947	-	61.947
PDI Comércio, Indústria e Serviços Ltda. (PDI)	-	37	37	-	37	37
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. (Tegmax)	8.319	-	8.319	14.025	-	14.025
Tegma Logística de Veículos Ltda. (TLV)	22.864	-	22.864	30.136	-	30.136
	269.973	8.892	278.865	263.431	8.892	272.323
Controladas em conjunto						
Catlog Logística de Transportes S.A. (Catlog)	1.978	-	1.978	2.999	1.365	4.364
	1.978	-	1.978	2.999	1.365	4.364
Total de investimento controladora	271.951	8.892	280.843	266.430	10.257	276.687
Consolidado						
	2017			2016		
Catlog Logística de Transportes S.A. (Catlog)	1.978			2.999		
	1.978			2.999		

- (i) Controlada direta, por meio da transferência das quotas primeiramente detidas pela TLI (vide nota explicativa nº 1 - reestruturação societária).

Movimentação dos investimentos

	TCE	TLI	TLA	Niyati	Tegmax	Guriel	TLV	Catlog (i)	TV	Total
Em 01 de janeiro de 2016	83.456	73.639	-	33.759	14.560	30.353	-	3.533	2.244	241.544
Aumento de investimento	-	-	-	28.705	-	-	-	-	-	28.705
Transferência para patrimônio líquido negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	196	196
Equivalência patrimonial	9.908	(9.657)	-	(517)	(220)	45	(262)	(534)	(1.656)	(2.893)
Variação cambial de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	(784)	(784)
Incorporação	-	-	-	-	-	(30.398)	30.398	-	-	-
Outros	-	(23)	-	-	(315)	-	-	-	-	(338)
Em 31 de dezembro de 2016	93.364	63.959	-	61.947	14.025	-	30.136	2.999	-	266.430
Provisão para patrimônio líquido negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	(196)	(196)
Equivalência patrimonial	17.443	146	1.596	1.756	329	-	(7.272)	(285)	(478)	13.235
Aumento de investimento (ii)	-	-	20.640	500	-	-	-	-	-	21.140
Redução de capital (ii)	-	(20.640)	-	-	-	-	-	-	-	(20.640)
Baixa de patrimônio líquido negativo (iii)	-	-	-	-	-	-	-	-	674	674
Dividendos (iv)	(1.921)	-	-	-	(6.035)	-	-	(736)	-	(8.692)
Em 31 de dezembro de 2017	108.886	43.465	22.236	64.203	8.319	-	22.864	1.978	-	271.951

- (i) Desde janeiro de 2015 a investida Catlog mantém-se inativa operacionalmente. A retomada das atividades pode ser reconsiderada caso julgado conveniente pela Companhia.
- (ii) Transferência das quotas da controlada Tegma Logística de Armazéns Ltda, primeiramente detidas pela controlada Tegma Logística Integrada S.A., para a Controladora (vide nota explicativa nº 1 - reestruturação societária). E integralização de capital no montante de R\$500 na Controlada Niyati.
- (iii) Reversão do patrimônio líquido negativo da controlada em conjunto Tegma Venezuela S.A por conta da alienação efetuada em Maio de 2017.
- (iv) A Controlada Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda efetuou a destinação de dividendos no montante de R\$ 6.035 a serem pagos em 2018. Os dividendos distribuídos pelas controladas Tegma Cargas Especiais Ltda. e Catlog Logística de Transportes S.A foram pagos.

A Companhia classifica dividendos recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento.

	Consolidado		
	Catlog	TV	Total
Em 01 de janeiro de 2016	3.533	2.244	5.777
Equivalência patrimonial	(534)	(1.656)	(2.190)
Variação cambial de investimento	-	(784)	(784)
Transferência para patrimônio líquido negativo	-	196	196
Em 31 de dezembro de 2016	2.999	-	2.999
Provisão para patrimônio líquido negativo		(196)	(196)
Equivalência patrimonial	(285)	(478)	(763)
Baixa de patrimônio líquido negativo	-	674	674
Recebimento de dividendos	(736)	-	(736)
Em 31 de dezembro de 2017	1.978	-	1.978

Provisão para patrimônio líquido negativo

Em função da alienação da participação de 25% sobre a controlada Tegma Venezuela S.A a provisão para patrimônio líquido negativo foi revertida e reconhecida como custo da venda de parte acionária e resultado de equivalência patrimonial, o ganho apurado nessa transação foi de R\$ 471.

Participação da Companhia nos resultados das principais controladas diretas, todas companhias de capital fechado ou limitadas, como também no total de seus ativos e passivos:

	TCE	TLI	TLA	Niyati	Tegmax	TLV	Guriel
Saldos em 31 de dezembro de 2017							
Ativo	121.642	53.295	33.583	64.324	14.575	3.394	-
Passivo	12.756	9.830	11.347	121	6.256	530	-
Patrimônio líquido	108.886	43.465	22.236	64.203	8.319	22.864	-
Receita líquida	77.060	51.090	11.585	3.296	1.317	-	-
Lucro/ (Prejuízo)	17.443	146	1.596	1.756	329	(7.272)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016							
Ativo	114.349	75.503	-	62.862	14.275	42.947	-
Passivo	20.985	11.544	-	915	250	12.811	-
Patrimônio líquido	93.364	63.959	-	61.947	14.025	30.136	-
Receita líquida	78.902	52.041	-	1.300	1.497	-	-
Lucro/ (Prejuízo)	9.908	(9.657)	-	(517)	(220)	(215)	45

Combinação de negócio ocorrida em 2012

Em 31 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu o negócio de operações no mercado de logística fracionada, em especial na distribuição de mercadorias com peso acima de 30 kg e/ou cubagem elevada para o segmento B2C (“*Business to Consumer*”), com a interveniência da Controlada Tegma Logística de Veículos Ltda (anteriormente denominada Trans Commerce Transporte de Cargas Ltda).

O valor global da aquisição do negócio incluindo as dívidas assumidas foi de R\$24.800, dos quais R\$7.300 foram pagos à vista, e o saldo remanescente a ser pago em duas parcelas corrigidas a partir de 31 de janeiro de 2012 pela SELIC, sendo que: (a) A primeira parcela, no valor de R\$10.000, seria paga caso fossem atingidas as metas previstas em contrato, porém como as metas não foram atingidas foi baixado para o resultado em novembro de 2012; e (b) A segunda e última parcela, no valor de R\$7.500 (R\$12.541, valor bruto e atualizado, em 31 de dezembro de 2016) foi paga em 31 de janeiro de 2017 o valor de R\$12.678 (R\$11.255, líquido de impostos).

Saldos totais das contas patrimoniais e de resultado das sociedades Controladas sobre controle comum:

	Catlog	
	2017	2016
Ativo		
Circulante	5.508	7.704
Não circulante	674	556
	6.182	8.260
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	68	33
Não circulante	2.077	2.107
Patrimônio líquido	4.037	6.120
	6.182	8.260
Resultado do exercício		
Despesas gerais e administrativas	(578)	(443)
Receitas financeiras, líquidas	562	933
Outras (despesas) líquidas	(566)	(1.576)
Imposto de renda e contribuição social	-	(5)
Prejuízo do exercício	(582)	(1.091)

10 Imobilizado

Política contábil

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui, quando aplicável, os custos de financiamento relacionados com a construção de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e os seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edifícios	25
Computadores e periféricos	5
Instalações	10
Veículos	3 e 5
Máquinas e equipamentos/ferramentas	5 a 10
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4 a 10
Móveis e utensílios e embalagens e outros	5 a 10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas líquidas" na demonstração do resultado.

Movimentação do Imobilizado

	Controladora									
	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos/ ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios e embalagens e outros (ii)	Imobilizado em andamento (iii)	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2015	15.402	16.790	2.968	1.755	41.276	3.775	6.379	14.118	38.112	140.575
Movimentações										
Aquisições	-	506	413	264	-	257	1.350	3.869	4.756	11.415
Alienações	-	-	(3)	-	(3.489)	(15)	-	(15)	(9)	(3.531)
Transferências (i)	-	4.489	427	315	(5)	16	10.823	(117)	(16.940)	(992)
Baixa por integralização de capital em controlada (Nota 9)	-	(246)	(111)	(36)	-	(25)	(9.236)	(68)	(3.898)	(13.620)
Depreciação	-	(1.041)	(1.125)	(255)	(4.390)	(823)	(2.769)	(4.826)	-	(15.229)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2016	15.402	20.498	2.569	2.043	33.392	3.185	6.547	12.961	22.021	118.618
Saldos em 31 de dezembro de 2016										
Custo	15.402	26.828	11.615	3.619	64.579	9.863	48.477	21.538	22.021	223.942
Depreciação acumulada	-	(6.330)	(9.046)	(1.576)	(31.187)	(6.678)	(41.930)	(8.577)	-	(105.324)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2016	15.402	20.498	2.569	2.043	33.392	3.185	6.547	12.961	22.021	118.618
Movimentações										
Aquisições	946	137	229	268	-	294	1.674	3.214	378	7.140
Alienações	-	-	(3)	-	(1.016)	(8)	-	(327)	-	(1.354)
Transferências	-	22.235	-	6	-	-	-	(6)	(22.235)	-
Depreciação	-	(1.129)	(986)	(285)	(4.153)	(715)	(2.988)	(4.541)	-	(14.797)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2017	16.348	41.741	1.809	2.032	28.223	2.756	5.233	11.301	164	109.607
Saldos em 31 de dezembro de 2017										
Custo	16.348	49.200	11.834	3.924	62.058	10.014	50.151	23.597	164	227.290
Depreciação acumulada	-	(7.459)	(10.025)	(1.892)	(33.835)	(7.258)	(44.918)	(12.296)	-	(117.683)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2017	16.348	41.741	1.809	2.032	28.223	2.756	5.233	11.301	164	109.607

- (i) Inclui transferência para o intangível, no montante de R\$992, correspondentes a licença de software.
- (ii) As adições em móveis, utensílios, embalagens e outros no período findo estão substancialmente representadas por materiais de embalagens (divisão logística industrial).
- (iii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras e benfeitorias em curso em imóveis.

	Consolidado									
	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos/ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis e utensílios e embalagens e outros (ii)	Imobilizado em andamento (iii)	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2015	56.403	16.812	6.035	10.925	47.504	6.930	15.152	16.353	44.998	221.112
Movimentações										
Aquisições	690	2.808	748	1.855	137	2.412	4.104	3.972	14.410	31.136
Alienações	(7.432)	-	(3)	(389)	(3.616)	(47)	-	(178)	(9)	(11.674)
Transferências (i)	-	29.445	981	2.870	-	289	2.391	(117)	(37.177)	(1.318)
Depreciação	-	(1.416)	(2.260)	(2.950)	(5.104)	(1.831)	(6.334)	(5.221)	-	(25.116)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2016	49.661	47.649	5.501	12.311	38.921	7.753	15.313	14.809	22.222	214.140
Saldos em 31 de dezembro de 2016										
Custo	49.661	54.367	20.019	22.376	79.387	20.883	85.542	25.242	22.222	379.699
Depreciação acumulada	-	(6.718)	(14.518)	(10.065)	(40.466)	(13.130)	(70.229)	(10.433)	-	(165.559)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2016	49.661	47.649	5.501	12.311	38.921	7.753	15.313	14.809	22.222	214.140
Movimentações										
Aquisições	946	137	338	742	7.408	808	6.555	3.302	623	20.859
Alienações	-	-	(58)	(42)	(1.016)	(11)	-	(328)		(1.455)
Transferências	-	22.235	9	65	60	-	-	(65)	(22.304)	-
Depreciação	-	(2.229)	(1.930)	(1.863)	(4.872)	(1.636)	(6.056)	(4.858)	-	(23.444)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2017	50.607	67.792	3.860	11.213	40.501	6.914	15.812	12.860	541	210.100
Custo	50.607	76.741	20.154	23.323	84.335	21.545	91.258	27.117	541	395.621
Depreciação acumulada	-	(8.949)	(16.294)	(12.110)	(43.834)	(14.631)	(75.446)	(14.257)	-	(185.521)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2017	50.607	67.792	3.860	11.213	40.501	6.914	15.812	12.860	541	210.100

- (i) Inclui transferência para o intangível, no montante de R\$1.318, correspondentes a licença de software.
- (ii) As adições em móveis, utensílios, embalagens e outros no período findo estão substancialmente representadas por materiais de embalagens (divisão logística industrial).
- (iii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras e benfeitorias em curso em imóveis.

Os montantes de depreciação e amortização foram registrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Depreciação	(14.797)	(15.229)	(23.444)	(25.116)
Amortização	(3.681)	(3.801)	(4.700)	(4.984)
Total	(18.478)	(19.030)	(28.144)	(30.100)

Os montantes de depreciação e amortização segregados entre custos e despesas foram registrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custo dos serviços prestados	(15.635)	(15.267)	(24.939)	(25.932)
Despesas gerais e administrativas	(2.843)	(3.763)	(3.205)	(4.168)
Total	(18.478)	(19.030)	(28.144)	(30.100)

11 Intangível

Política contábil

- (i) **Reconhecimento e Mensuração**

Ágio

O ágio (“*goodwill*”) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida, sendo registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (“*impairment*”) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Licenças de software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e suas Controladas, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de reconhecimento são atendidos. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

	Controladora								
	31/12/2015	Adição	Transferência (i)	Amortização	31/12/2016	Adição	Amortização	Outros	31/12/2017
Software	11.090	1.654	992	(3.801)	9.935	4.105	(3.681)	-	10.359
Ágio pago na aquisição de investimentos									
Nortev	120.877	-	-	-	120.877	-	-	-	120.877
Boni Amazon	32.791	-	-	-	32.791	-	-	-	32.791
	164.758	1.654	992	(3.801)	163.603	4.105	(3.681)	-	164.027
	Consolidado								
	31/12/2015	Adição	Transferência (i)	Amortização	31/12/2016	Adição	Amortização	Outros (ii)	31/12/2017
Software	14.703	1.860	1.318	(4.984)	12.897	4.371	(4.700)	-	12.568
Ágio pago na aquisição de investimentos									
Nortev	120.877	-	-	-	120.877	-	-	-	120.877
Boni Amazon	32.791	-	-	-	32.791	-	-	-	32.791
Tegma Logística Integrada S.A.	2.491	-	-	-	2.491	-	-	-	2.491
Tegma Cargas Especiais Ltda.	6.364	-	-	-	6.364	-	-	-	6.364
Catlog Logística de Transportes S.A.	1.365	-	-	-	1.365	-	-	(1.365)	-
PDI comércio, Indústria e Serviços Ltda.	36	-	-	-	36	-	-	-	36
	163.924	-	-	-	163.924	-	-	(1.365)	162.559
Líquido	178.627	1.860	1.318	(4.984)	176.821	4.371	(4.700)	(1.365)	175.127

(i) Inclui transferência do imobilizado, no montante de R\$992 controladora e R\$1.318 no consolidado, correspondentes a licença de *software*.

(ii) Por conta da inatividade das atividades na Catlog Logística de Transportes S.A, a administração efetuou uma provisão de perda de ágio no montante de R\$ 1.365.

Testes do ágio para verificação de *impairment*

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas de acordo com o segmento operacional. Os testes do ágio para verificação de *impairment* foram efetuados para os investimentos considerados relevantes e foram apurados os seguintes montantes:

	2017	2016
Nortev (automotivo)	120.877	120.877
TCE e Boni Amazon (logística integrada)	39.155	39.155

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2017 são as que seguem:

	Média dos períodos projetados
PIB (i)	2,5%
Inflação anual (ii)	4,0%
Crescimento perpetuidade (iii)	2,5%
Taxa de desconto (iv)	9,4%

(i) Média do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) anual, conforme projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil;

(ii) Média do crescimento do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA), conforme projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil;

(iii) Taxa de crescimento baseada nas projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB);

(iv) Taxa de desconto apurada conforme avaliação de custo de capital da companhia.

O valor a recuperar calculado com base no valor em uso, das duas UGCs, foi superior ao valor contábil, mesmo em cenário de taxa de desconto de 11,4% (aumento de 2 p.p.) e uma taxa de perpetuidade de 1,5% (redução de 1 p.p.). Nesse sentido, não houve necessidade de reconhecimento de perda por *impairment* no ano de 2017.

A Companhia revisa os testes de ágio anualmente.

12 Empréstimos e financiamentos

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas Controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimos e financiamentos - moeda local				
Finame (a.i)	134	1.182	4.730	1.182
NCE - Nota de crédito de exportação (a.ii)	50.017	-	50.017	-
Total	50.151	1.182	54.747	1.182
(-) Circulante	151	1.048	1.112	1.048
Não circulante	50.000	134	53.635	134
Total	50.151	1.182	54.747	1.182
Debêntures (b)	168.127	290.395	168.127	290.395
(-) Circulante	71.441	127.043	71.441	127.043
Não circulante	96.686	163.352	96.686	163.352
Total	168.127	290.395	168.127	290.395

a. Empréstimos bancários

(i) Finame

Os empréstimos bancários modalidade Finame têm vencimento até 2022 com taxa de juros média 10,64% ao ano (2,65% ao ano em 2016), e são garantidos pelos bens financiados. O valor do financiamento em 31 de dezembro de 2017 (Consolidado) é de R\$ 4.730 (R\$1.182 em 31 de dezembro de 2016).

Em março de 2017, a Controlada Tegma Logística Integrada S.A., firmou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$ 4.474 e taxa de juros de 10,87% ao ano (em dezembro de 2017), por meio do agente financeiro Banco Safra S.A., cujo recursos foram utilizados nas aquisições de semirreboques. A liberação do valor ocorreu durante o exercício de 2017.

(ii) NCE – Nota de crédito de exportação

Em junho de 2017, a Companhia, firmou dois contratos de empréstimos na modalidade NCE sem garantias reais. Sendo:

Com o Banco do Brasil S.A no montante de R\$ 40.000, com vencimento do principal em junho de 2019 e amortização mensal de juros. A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 2% ao ano (com *flat fee* de 1,15%, pago na contratação do empréstimo).

E outro com o Banco Safra S.A., no montante de R\$ 10.000, com vencimento do principal em 3 parcelas iguais, (junho de 2019, dezembro de 2019 e junho de 2020), com pagamentos de juros semestrais a partir de dezembro de 2017. A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 2,65% ao ano (sem *flat fee*).

Considerando os dois contratos de NCE a taxa média de juros é de 9,03% ao ano (em dezembro de 2017).

A Companhia e sua Controlada não possuem nenhuma cláusula restritiva (*covenants*) para esses empréstimos.

b. Debêntures

Em 2013, a Companhia emitiu debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações, e da espécie quirografária. Os recursos líquidos obtidos são integralmente destinados a negócios de gestão ordinária da Companhia, como pagamento de dívidas já contraídas pela Companhia e reforço do caixa.

As debêntures têm como característica o pagamento de juros semestral. Na 1ª emissão, os juros são pagos nos dias 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano. Já na 2ª emissão, os juros são pagos nos dias 15 de dezembro e 15 de junho de cada ano.

O valor nominal das debêntures das duas emissões será amortizado da seguinte forma:

Na 1ª emissão: primeira série, em 15 de fevereiro de 2016 foi pago 33,33%, em 15 de fevereiro de 2017 foi pago 33,33%, a próxima data da amortização será em: 15 de fevereiro de 2018 (33,34%); já na segunda série, em 15 de fevereiro de 2017 foi pago 33,33%, as demais datas das amortizações são: 15 de fevereiro de 2018 (33,33%) e 15 de fevereiro de 2019 (33,34%).

Na 2ª emissão, para ambas as séries, em 15 de dezembro de 2016 foi pago 33,33%, em 28 de setembro de 2017 foi quitada de forma antecipada a parcela de 33,33%, anteriormente prevista para 15 de dezembro de 2017. Com relação as últimas parcelas ambas previstas originalmente para 15 de dezembro de 2018, houve uma repactuação, e o valor correspondente a 33,34 % da emissão, foi prorrogado na proporção de 50 % para 31 de julho de 2020 e 50 % para 31 de julho de 2021, conforme aprovação por assembleia geral dos debenturistas realizada em 25 de setembro de 2017.

Série	Tipo	Valor emissão	Debêntures em circulação	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário	Controladora e	
								Consolidado	
				Emissão	Vencimento			2017	2016
1ª emissão - 1ª série	Simples	60.000	6.000	15/02/2013	15/02/2018	DI + 0,84%	10	20.636	42.153
1ª emissão - 2ª série	Simples	140.000	14.000	15/02/2013	15/02/2019	DI + 0,97%	10	96.334	147.598
2ª emissão - 1ª série	Simples	80.000	8.000	15/12/2013	31/07/2021	DI + 2,00%	10	27.283	53.677
2ª emissão - 2ª série	Simples	70.000	7.000	15/12/2013	31/07/2021	DI + 2,00%	10	23.874	46.967
Circulante								71.441	127.043
Não circulante								96.686	163.352

As emissões de debêntures estão sujeitas à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/LAJIDA(1) ajustado(2) igual ou inferior a 2,50 e LAJIDA ajustado/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

1. LAJIDA - resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.
2. LAJIDA AJUSTADO - exclui os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa - INCVM 527/2012.

As parcelas vencíveis a longo prazo, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
13 a 24 meses	93.343	113.476	94.462	113.476
25 a 36 meses	28.338	50.010	29.457	50.010
37 a 48 meses	25.005	-	26.124	-
49 a 60 meses			278	
Total	146.686	163.486	150.321	163.486

Segue a movimentação para o período de 2017:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Empréstimos e financiamentos		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.182	1.182
Captação	50.000	54.474
Juros apropriados	2.557	2.914
Pagamento de principal	(1.047)	(1.047)
Juros pagos	(2.541)	(2.776)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	50.151	54.747
Debêntures		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	290.395	290.395
Juros apropriados	23.799	23.799
Pagamento de principal	(116.655)	(116.655)
Juros pagos	(29.412)	(29.412)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	168.127	168.127
Total	218.278	222.874

13 Salários e encargos sociais

Política contábil

(i) *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia e suas Controladas possuem plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus.

(ii) *Benefícios pós-emprego*

A Companhia e suas Controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes, assim como quaisquer benefícios pós-emprego da Companhia e de suas Controladas.

A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Férias a pagar	9.632	8.912	12.220	11.227
Gratificações e participação nos lucros a pagar	7.014	6.014	7.783	6.627
INSS (i)	2.020	6.612	2.645	8.070
FGTS	598	553	780	702
Outras	1.013	743	1.216	863
Total	20.277	22.834	24.644	27.489

- (i) Os passivos fiscais, referente ao processo INSS FAP, foram reclassificados para provisões para demandas trabalhistas e previdenciárias no montante de R\$ 4.575 Controladora e R\$ 5.464 Consolidado em 30 de junho de 2017.

14 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

Política contábil

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação presente em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências existentes, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Quando a Companhia e suas Controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. Os depósitos judiciais são classificados no ativo não circulante e não são compensados com as referidas provisões.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento que totalizavam, em 31 de dezembro de 2017, R\$198.857 (R\$114.888 em 31 de dezembro de 2016) Controladora e R\$ 244.248 (R\$187.250 em 31 de dezembro de 2016) Consolidado, e está discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa, como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes valores contemplam todos os processos classificados como prováveis, possíveis e remotos. As provisões para as eventuais perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração na medida em que há expectativa de desembolso futuro, amparada em opinião de seus consultores jurídicos externos.

As provisões constituídas e correspondentes depósitos judiciais, quando aplicável, estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	Depósitos judiciais		Provisões para demandas judiciais	
	2017	2016	2017	2016
Trabalhistas e previdenciárias (i) e (ii)	7.002	7.392	14.903	4.795
Tributárias	1.608	1.608	-	-
Cíveis (iv)	93	473	16.023	151
Total	8.703	9.473	30.926	4.946

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para demandas judiciais	
	2017	2016	2017	2016
Trabalhistas e previdenciárias (i) e (ii)	11.750	17.425	22.889	14.720
Tributárias (iii)	1.631	3.461	-	-
Cíveis (iv)	190	641	16.094	218
Total	13.571	21.527	38.983	14.938

- (i) A Companhia e suas Controladas vêm realizando depósitos judiciais referentes a discussão relacionada à aplicação do fator previdenciário (INSS FAP), no montante de 4.225 na Controladora (R\$ 5.113 Consolidado) encontra-se incluído nesta rubrica. Os passivos correspondentes, estão registrados a partir de 2017 em provisões para demandas trabalhistas e previdenciárias, e estavam anteriormente contabilizados em salários e encargos sociais, na rubrica INSS, conforme nota explicativa nº13.
- (ii) Ao longo do exercício, a Companhia e suas Controladas, executaram uma ampla revisão de seus processos e de suas provisões para contingências, principalmente as de origem trabalhista e previdenciária. Tal procedimento resultou no alinhamento das premissas e julgamentos das provisões, acarretando em um acréscimo de R\$ 5.949 na Controladora e R\$ 6.644 no Consolidado
- (iii) Por conta da ação judicial mencionada na nota explicativa nº8 item ii a partir janeiro de 2015, a Controlada Tegma Logística Integrada S.A passou a depositar em juízo os valores correspondentes ao FUNDAF, que totalizavam antes do levantamento R\$ 2.120. Esse montante foi levantado em outubro de 2017, com acréscimo de correção monetária de R\$ 429.
- (iv) Contém provisão decorrente da combinação de negócios, conforme detalhado a seguir:

O contrato de compra e venda da Direct Express, firmado entre a Companhia e 8M Participações prevê que a Companhia somente estará obrigada a indenizar a, 8M Participações por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos anteriores à data da compra, que superem no seu valor agregado R\$ 40.000. Por outro lado, a 8M Participações obriga-se a indenizar a Companhia por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos posteriores à data da compra. No exercício de 2017, o montante das obrigações pagas pela 8M Participações indenizáveis pela Companhia superaram o valor agregado. Por conta disso a Administração decidiu, em 30 de junho de 2017, constituir uma provisão extraordinária no montante de R\$ 15.000. Além disso foram registrados adicionalmente R\$ 1.967 provisões correntes ao longo do exercício, para fazer frente a esta cláusula contratual. Em dezembro de 2017 o saldo destas provisões totalizava o montante de R\$ 15.993.

Abaixo segue a movimentação da provisão para o período de 2017 e 2016:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.946	14.938
Constituição	31.208	38.440
Transferência obrigação tributária	4.575	5.464
Demandas judiciais a pagar	(912)	(1.095)
Baixa por depósito judicial	(1.207)	(8.631)
Pagamento	(7.684)	10.133)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	30.926	38.983

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.990	22.751
Constituição	2.218	7.897
Baixa por depósito judicial	(711)	(4.861)
Pagamento	(1.551)	(10.849)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.946	14.938

Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia e suas Controladas possuem ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda possível classificado pela Administração e por seus consultores legais, conforme demonstramos os montantes abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Trabalhistas e previdenciárias (i)	65.083	35.048	76.550	39.369
Tributárias	14.767	12.140	20.086	56.874
Cíveis	29.276	25.126	36.188	32.959
Total	109.126	72.314	132.824	129.202

(i) O mesmo procedimento de revisão mencionado no item ii acima contribuiu para o incremento das perdas possíveis desta rubrica

No que se refere às contingências trabalhistas e previdenciárias, estas se devem principalmente a casos relacionados com operações descontinuadas, bem como casos em que a Companhia responde subsidiária ou solidariamente com prestadoras de serviços terceirizados.

A principal demanda judicial cível da Companhia que possui probabilidade de perda possível, segundo a opinião dos seus consultores jurídicos, e, por essa razão, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, corresponde à ação indenizatória por danos materiais, morais e pensionamento por morte em virtude de acidente de trânsito ocorrido em dezembro de 2011, envolvendo transportadora subcontratada pela Companhia e que possui valor de contingência no montante de R\$ 12.996 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 11.870 em 31 de dezembro de 2016).

As ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda remota classificado pela Administração e por seus consultores legais em 31 de dezembro de 2017 totalizam R\$ 58.806 (Consolidado R\$ 72.441).

Em setembro de 2017, a principal demanda judicial tributária da Companhia, referente a autuação da Controlada Tegma Logística Integrada S.A. ("TLI") pela Receita Federal do Brasil ("RFB") no montante de R\$42.916 (R\$40.462 em 31 de dezembro de 2016) por supostos descumprimentos das obrigações acessórias relacionadas ao controle aduaneiro dos bens armazenados em Cariacica/ES, foi julgada favorável à empresa de forma definitiva, sendo assim tal montante excluído do valor de perdas com possibilidade remota.

15 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor nas datas dos balanços. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, está limitada a 30% do lucro real do exercício.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base

negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro real futuro.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido, quando aplicável, por provisão, na medida em que deixe de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	121.443	25.748	117.493	26.799
Alíquota nominal combinada imposto sobre a renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto sobre a renda e contribuição social pela alíquota nominal	(41.291)	(8.754)	(39.948)	(9.112)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	4.500	(984)	(259)	(745)
Diferenças permanentes	(2.586)	(2.361)	(2.917)	(2.705)
Retificação LALUR 2014 (i)	12.206	-	12.206	-
Subvenções para Investimentos	4.100	-	4.502	-
Juros sobre Capital Próprio	1.299	-	1.299	-
Diferido de Períodos anteriores (ii)	2.605	-	9.690	-
Outros	1.487	177	1.697	(411)
Imposto sobre a renda e contribuição social no resultado	(17.680)	(11.922)	(13.730)	(12.973)
Corrente	(28.835)	(13.465)	(33.988)	(16.316)
Diferido	11.155	1.543	20.258	3.343
Taxa efetiva	14,6%	46,3%	11,7%	48,4%

- (i) Refere-se a diferença entre o valor real e o valor estimado do prejuízo na alienação da participação societária na Direct Express logística integrada S.A, considerado como base da apuração do IRPJ e CSLL.
- (ii) Refere-se substancialmente a confirmação dos saldos provenientes de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL junto à Receita Federal do Brasil, reconhecemos o crédito no montante de R\$ 6.354 na Controlada Tegma Cargas Especiais Ltda. Ainda registramos o ativo fiscal diferido sob a diferença entre ágio contábil e ágio fiscal na controladora na quantia de R\$ 2.605.

A taxa efetiva foi afetada principalmente pelos créditos fiscais extemporâneos levantados durante o exercício de 2017.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo fiscal de imposto de renda a compensar	-	-	27.398	15.313
Base negativa da contribuição social	-	-	9.809	5.459
<i>Diferenças temporárias</i>				
Provisões para PLR e gratificação	2.385	2.045	2.646	2.330
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	38	3.703	165	5.060
Provisões para demandas judiciais	10.515	1.682	13.254	5.083
Provisões para fretes a pagar	853	592	867	592
Outras	9.062	4.678	14.751	5.622
Subtotal	22.853	12.700	68.890	39.459
Amortização de ágio fiscal (i)	(20.459)	(20.459)	(20.459)	(20.459)
Diferença de taxa de depreciação (ii)	(9.023)	(10.025)	(16.751)	(17.541)
Outras	-	-	(1.749)	(1.749)
Subtotal	(29.482)	(30.484)	(38.959)	(39.749)
Total	(6.629)	(17.784)	29.931	(290)

(i) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre a amortização para fins fiscais do ágio apurado na aquisição de controladas.

(ii) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre a diferença de depreciação de bens do ativo imobilizado pela aplicação de taxas de depreciação diferentes para fins fiscais e contábeis.

Movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos líquidos:

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	(17.784)	(290)
Constituição – efeito resultado	11.155	20.258
Constituição (iii)	-	9.963
Saldo Final	(6.629)	29.931

(iii) Conforme apresentado na nota explicativa nº 24, o montante trata-se de créditos oriundos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social que foram integralmente revertidos às Controladas Tegma Logística de Veículos Ltda. em R\$ 2.984 e Tegma Cargas Especiais Ltda. em R\$ 6.979.

A segregação do imposto de renda e contribuição social diferidos entre ativo e passivo por empresa está apresentado a seguir:

			2017	
	Ativo	Passivo	Ativo líquido	Passivo líquido
Tegma Gestão Logística S.A.	22.853	(29.482)	-	(6.629)
Tegma Logística Integrada S.A.	17.409	-	17.409	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	1.502	-	1.502	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	49	-	49	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	12.673	-	12.673	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	14.404	(9.477)	4.927	-
Total	68.890	(38.959)	36.560	(6.629)

			2016	
	Ativo	Passivo	Ativo líquido	Passivo líquido
Tegma Gestão Logística S.A.	12.700	(30.484)	-	(17.784)
Tegma Logística Integrada S.A.	17.609	-	17.609	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	47	-	47	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	5.631	-	5.631	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	3.472	(9.265)	-	(5.793)
Total	39.459	(39.749)	23.287	(23.577)

Os valores dos ativos em 31 de dezembro de 2017 apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	Controladora	Consolidado
2018	4.571	15.341
2019	4.571	9.725
2020	4.571	9.331
2021	4.571	8.691
2022	4.569	8.978
Após 2023	-	16.824
	22.853	68.890

A Companhia e suas Controladas não possuem ativos diferidos a serem reconhecidos.

16 Demais contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Seguros	5.931	3.903	6.028	4.002
Pedágio	4.026	3.454	4.209	3.700
Benefícios (i)	3.524	1.397	3.927	1.666
Movimentação de veículos e cargas	1.565	1.256	2.095	1.536
Aluguel	1.307	1.022	3.133	2.649
Serviços de consultoria	1.184	630	1.306	672
Vigilância	788	638	1.069	977
Manutenções diversas	563	363	1.024	1.339
Outros	1.432	1.170	3.276	1.470
	20.320	13.833	26.067	18.011

(i) Vale-transporte, refeição, cesta básica, custos rescisórios e outros.

17 Patrimônio líquido

Política contábil

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido em uma conta redutora do capital, líquidos de impostos.

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio referente ao montante mínimo obrigatório, conforme o estatuto social da Companhia, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral, sendo destacado em conta específica no patrimônio líquido denominada de “Dividendo adicional proposto”. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. Quando deliberados pelo Conselho de Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

A Companhia oferece aos seus executivos plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo o qual a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo das opções outorgadas aos executivos da Companhia é mensurado na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas. Na data do balanço, a Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, e reconhece, quando aplicável, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

a. Capital social

O capital da Companhia, totalmente integralizado, é de R\$144.469, dividido em 66.002.915 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva de capital - ágio na subscrição de ações

A reserva de capital da Companhia se originou da seguinte forma: (i) em 27 de abril de 2007, em assembleia dos acionistas foi aprovada a constituição da reserva de capital - ágio na subscrição de ações no montante de R\$2.245 e (ii) em 28 de junho de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 9.706.639 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$26,00 por ação, no contexto da oferta pública de ações, sendo destinado à conta de Capital Social o valor de R\$47.757 e o montante de R\$204.616 à conta "Reserva de capital", na forma do parágrafo único do artigo 14 da Lei das Sociedades por Ações.

Em razão do cancelamento das 2.547.145 ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria ocorrido em 16 de dezembro de 2008, no valor de R\$32.806, o saldo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R\$174.055.

c. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância do artigo 196, das Leis das Sociedades por Ações.

d. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo de ações em tesouraria corresponde a 65.200 ações ordinárias, no montante de R\$342.

e. Dividendos e juros sobre capital próprio

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado e (ii) 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto". Quando deliberados pelo Conselho de Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2010, foi aprovada a adoção da política indicativa de distribuição de dividendos da Companhia, para que as futuras distribuições de dividendos, inclusive juros sobre o capital próprio, sejam realizadas no mínimo em valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, calculado conforme disposto nos artigos 193 a 203 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, as práticas contábeis brasileiras e as regras da Comissão de Valores Mobiliários.

O cálculo dos dividendos é assim demonstrado:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	103.763	13.826
Reserva legal	(1.681)	(691)
Base de cálculo	102.082	13.135
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	25.521	3.284
Dividendos intercalares pagos	18.572	-
Juros sobre capital próprio pagos	3.821	-
Juros sobre capital próprio propostos	11.491	-
Dividendos propostos	27.365	8.000
Porcentagem sobre a base de cálculo	60%	61%

Em reunião realizada em 16 de março de 2017, os membros do Conselho de Administração da Companhia, manifestaram-se favoravelmente sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e recomendaram sua aprovação à Assembleia Geral da Companhia. Em maio de 2017 foi pago o montante de R\$ 8.000 referente aos dividendos propostos no exercício de 2016.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de agosto de 2017, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares do período de 2017, no valor de R\$ 14.750.

Em reunião do Conselho de Administração em 06 de novembro de 2017, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, no valor de R\$ 3.821 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 3.822, sendo pagos em 23 de novembro de 2017.

Em reunião realizada em 16 de março de 2018, os membros do Conselho de Administração da Companhia, manifestaram-se favoravelmente sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e recomendaram sua aprovação à Assembleia Geral da Companhia.

f. Opções de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2011, foi aprovado o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia para executivos da Companhia. As ações objeto do Plano deverão ser provenientes: (i) da emissão de novas ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, conforme deliberação do Conselho de Administração; e/ou (ii) das ações ordinárias mantidas em tesouraria.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2011, foi aprovada a emissão do Primeiro Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações para executivos da Companhia. Foram outorgadas 115.000 opções de compra de ações, com vencimento em três anos. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de novembro de 2012, foi aprovada a emissão do Segundo Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações, onde foram outorgadas 135.000 opções de compra de ações outorgadas, com vencimento em três anos. Já o ano de 2014, foram outorgadas 15.000 opções do Segundo Programa de Outorga de Opções para um membro da Diretoria Estatutária da Companhia. O total de 265.000 opções outorgadas nessas três series já foi cancelada, em razão de não exercício pelos beneficiários. Em 2016 foram canceladas 15.000 opções outorgadas que representaram a sua totalidade.

18 Informações por segmento de negócios

Política contábil

A Companhia classifica suas análises de negócios segregadas em: (i) logística automotiva, divisão que realiza transporte de veículos e peças para montadoras, composto pela Controladora e sua Controlada Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. e a Niyati Empreendimentos e Participações Ltda e em (ii) logística integrada, divisão que realiza operações de transporte, armazenagem e serviços correlatos e gestão de estoque, entre outras, para diversos segmentos de mercado, composta por suas Controladas Tegma Cargas Especiais Ltda., Tegma Logística Integrada S.A., Tegma Logística de Armazéns Ltda. e Tegma Logística de Veículos Ltda.

	Logística automotiva		Logística integrada		Consolidado	
					Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita líquida dos serviços	908.082	758.876	175.893	165.015	1.083.975	923.891
Custos	(687.234)	(607.332)	(137.870)	(148.077)	(825.104)	(755.409)
(Despesas) receitas operacionais	(99.915)	(73.909)	(21.340)	(5.607)	(121.255)	(79.516)
Despesas com depreciação e amortização	(14.415)	(14.087)	(13.729)	(16.013)	(28.144)	(30.100)
Despesas financeiras	(30.057)	(59.907)	(1.755)	(2.450)	(31.812)	(62.357)
Receitas financeiras	25.737	20.515	14.859	11.965	40.596	32.480
Equivalência patrimonial	(1.869)	(2.452)	1.106	262	(763)	(2.190)
Imposto de renda e contribuição social	(18.246)	(12.319)	4.516	(654)	(13.730)	(12.973)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	82.083	9.385	21.680	4.441	103.763	13.826
	Logística automotiva		Logística integrada		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ativo circulante	250.266	247.317	124.414	128.660	374.680	375.977
Ativo não circulante	360.891	367.705	102.280	84.440	463.171	452.145
Total do ativo	611.157	615.022	226.694	213.100	837.851	828.122
Passivo circulante	175.432	221.344	17.680	29.504	193.112	250.848
Passivo não circulante	184.374	186.486	11.559	15.711	195.933	202.197
Total do passivo	359.806	407.830	29.239	45.215	389.045	453.045

As receitas de 4 clientes do segmento logística automotiva representaram aproximadamente 77% do total das receitas.

Os segmentos logística automotiva e logística integrada são todos prestados em território nacional.

19 Receita líquida dos serviços prestados

Política contábil

A Companhia e suas Controladas prestam serviços com foco nas áreas de gestão logística, transporte e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo, químico e eletrodomésticos. A receita de prestação de serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta de serviços	1.173.778	982.068	1.330.190	1.140.228
Descontos, seguros e pedágio	(74.826)	(60.093)	(75.885)	(61.050)
	1.098.952	921.975	1.254.305	1.079.178
Impostos incidentes (i)	(155.770)	(130.474)	(170.330)	(155.287)
Receita líquida de serviços	943.182	791.501	1.083.975	923.891

(i) Inclui valores referente ao reconhecimento da restituição sobre a contribuição FUNDAF no montante de R\$ 9.797.

20 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custo dos serviços prestados	(727.068)	(646.247)	(850.043)	(781.340)
Despesas gerais e administrativas	(59.733)	(61.228)	(63.822)	(64.839)
Remuneração da administração	(10.443)	(10.296)	(10.443)	(10.296)
Despesas comerciais	(543)	(528)	(12.007)	(528)
Total	(797.787)	(718.299)	(936.315)	(857.003)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Serviços de fretes – agregados	(646.383)	(544.205)	(674.042)	(573.778)
Salários	(61.403)	(59.117)	(77.868)	(74.053)
Encargos sociais	(32.036)	(31.814)	(41.406)	(39.987)
Serviços terceirizados	(34.579)	(31.528)	(44.079)	(41.300)
Aluguéis e leasing	(21.533)	(20.302)	(41.103)	(44.811)
Depreciação e amortização	(18.478)	(19.030)	(28.144)	(30.100)
Benefícios a empregados	(17.215)	(17.550)	(25.087)	(24.629)
Custos variáveis	(11.010)	(7.883)	(25.326)	(24.515)
Outros gastos gerais	(8.546)	(9.272)	(15.460)	(16.069)
Manutenção	(8.725)	(6.373)	(15.496)	(12.726)
Combustíveis e lubrificantes	(7.631)	(5.268)	(8.774)	(6.305)
Utilidades	(3.107)	(2.877)	(6.164)	(6.698)
Comunicação	(2.438)	(3.361)	(3.190)	(4.599)
Outros gastos com pessoal	(5.019)	(2.887)	(6.252)	(4.122)
Custos rescisórios	(3.189)	(4.979)	(4.029)	(6.475)
Materiais	(1.993)	(2.791)	(4.050)	(4.311)
Despesa de viagem	(1.889)	(783)	(1.962)	(801)
Indenização de extravio	(596)	(772)	(815)	(996)
Contribuições e doações	(581)	(541)	(598)	(546)
Multas contratuais	-	(16)	(5)	(266)
Provisão para perda de valores com vendas de controladas (i)	-	-	(11.464)	-
Crédito PIS/COFINS (ii)	88.564	53.050	98.999	60.084
Total	(797.787)	(718.299)	(936.315)	(857.003)

(i) Provisão para perda de valores oriundos de contas a receber de Controlada, conforme nota explicativa nº 7.

(ii) Créditos de PIS e COFINS não cumulativos substancialmente representado por contratações de fretes e que estão amparados pela legislação fiscal vigente. As alíquotas utilizadas são de 1,65% e 7,6% respectivamente. Inclui valores referente a créditos extemporâneos (oportunidades tributárias), conforme nota explicativa nº 8

21 Outras despesas líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Recuperação de despesas (i)	1.301	998	3.733	5.051
Ajustes de estoques	-	32	(34)	(737)
Ganho (perda) na venda de ativo imobilizado líquido	(855)	(1.912)	(814)	(2.942)
Perdas com créditos incobráveis	23	(1.370)	(93)	(2.731)
Perda alienação de investimento	(223)	-	(223)	-
Constituição de provisões para demandas judiciais e indenizações pagas	(31.208)	(2.218)	(38.440)	(7.896)
Provisão para perda de investimento	(1.365)	-	(1.365)	-
Outras	684	954	(952)	1.233
Outras receitas (despesas) líquidas	(31.643)	(3.516)	(38.188)	(8.022)

(i) Refere-se a repasses de custos fixos operacionais de áreas sublocadas aos clientes.

22 (Despesas) receitas financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Juros ativos	13.796	1.429	20.669	2.133
Receita de aplicação financeira	6.581	17.173	15.707	30.145
Ganhos cambiais	98	152	315	166
Reversão juros parcelamento (REFIS)	3.905	-	3.905	-
Descontos obtidos	-	23	-	36
Total	24.380	18.777	40.596	32.480
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos bancários	(26.356)	(49.350)	(26.713)	(49.350)
Despesas bancárias	(1.566)	(1.216)	(1.622)	(1.267)
Perdas cambiais	(147)	(661)	(147)	(788)
Juros parcelamento (REFIS)	-	(6.902)	(186)	(6.902)
Juros passivos	(589)	(815)	(955)	(2.524)
Outras despesas financeiras	(1.266)	(878)	(2.189)	(1.526)
Total	(29.924)	(59.822)	(31.812)	(62.357)
(Despesas) receitas financeiras líquidas	(5.544)	(41.045)	8.784	(29.877)

23 Resultado por ação

a. Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período:

	2017	2016
Lucro atribuível aos acionistas da companhia	103.763	13.826
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação milhares	65.937	65.937
Lucro básico por ação R\$	1,57	0,21

b. Lucro básico diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui qualquer fator diluidor em relação ao básico. Dessa forma, o lucro diluído por ação em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é igual ao lucro básico por ação, de R\$1,57 e R\$0,21, respectivamente.

24 Partes relacionadas

A Companhia realiza no curso normal de seus negócios, operações de transportes, aluguel de imóveis, entrega e inspeção de pré-entrega (Pre-Delivery Inspection - PDI) com partes relacionadas a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições compatíveis com as condições de mercado. A Companhia também realiza rateio de custos e despesas operacionais.

As principais transações com partes relacionadas são:

- (i) A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de armazenamento, transporte, revisão e entrega de veículos, bem como de revisão, entrega e inspeção de pré-entrega (Pre-Delivery Inspection - PDI) com algumas empresas do Grupo Itavema, empresas essas, relacionadas de forma direta e/ou indireta à sociedade do grupo de controle da Companhia, a Sinimbu Participações Societárias e Empreendimentos S.A. ("Sinimbu");
- (ii) A Companhia mantém com a sua controladora Sinimbu contrato de locação de imóveis comerciais localizados em Betim-MG e São José dos Campos-SP;
- (iii) A Companhia mantém com a Pactus Empreendimentos e Participações Ltda., sociedade sob controle comum da Companhia, contrato de locação de imóveis comerciais localizados em São Bernardo do Campo-SP e Gravataí-RS;
- (iv) A Tegma Logística Integrada S.A., sociedade controlada pela Companhia, mantém contrato de aluguel de imóvel localizado em Cariacica-ES com Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. - "Coimex" (acionista controladora da Companhia);
- (v) A Companhia e a Tegma Logística Integrada S.A., sociedade controlada pela Companhia, mantém contrato de prestação de serviços de armazenagem, movimentação e logística com a Cisa Trading S.A., empresa relacionada de forma direta e/ou indireta à sociedade do grupo de controle da Companhia, a Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. ("Coimex");
- (vi) Em razão da adesão ao Refis em novembro de 2014, e visando a liquidação dos seus débitos a Companhia utilizou parte dos créditos oriundos de prejuízo fiscal e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da sua controlada Tegma Logística de Veículos Ltda (R\$311). Em razão da adesão ao Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT em outubro de 2015 a Companhia utilizou parte dos créditos oriundos de prejuízo fiscal e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (R\$3.016). Em outubro de 2017, a Companhia foi excluída do PRORELIT, de forma que os valores pagos em dinheiro no programa foram alocados nos respectivos débitos. Os valores de prejuízo fiscal e base negativa utilizados no âmbito do PRORELIT foram revertidos à Tegma Logística de Veículos Ltda. no montante de R\$ 2.985.
- (vii) Em razão da adesão ao Refis em novembro de 2014, e visando a liquidação dos seus débitos a Companhia utilizou parte dos créditos oriundos de prejuízo fiscal e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da sua controlada Tegma Logística Integrada S.A. (R\$8.819). No exercício de 2017 o mesmo foi liquidado.
- (viii) Em razão da adesão ao Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT em outubro de 2015 a Companhia utilizou parte dos créditos oriundos de prejuízo fiscal e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da sua controlada Tegma Cargas Especiais Ltda. R\$6.979. Em outubro de 2017, a Companhia foi excluída do

PRORELIT, de forma que os valores pagos em dinheiro no programa foram alocados nos respectivos débitos. Os valores de prejuízo fiscal e base negativa utilizados no âmbito do PRORELIT foram integralmente revertidos à Tegma Cargas Especiais.

A Companhia mantém com a Renove Corretora de Seguros Ltda., empresa relacionada à acionistas controladores indiretos da Companhia, e de forma indireta à sociedade do grupo de controle da Companhia, a Sinimbu Participações Societárias e Empreendimentos S.A. (“Sinimbu”), uma prestação de serviços administrativos que visa o auxílio administrativo na área de seguros, este serviço não é remunerado pela Tegma.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo Circulante				
Grupo Itavema (i)	294	134	294	134
Tegma Logística Integrada S.A.	35	57	-	-
Cisa Trading S.A. (v)	233	127	440	636
Tegma Cargas Especiais Ltda.	9	6	-	-
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. (iv)	-	-	34	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	18	-	-	-
Total	589	324	768	770
Dividendos a receber				
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	6.035	-	-	-
Total do ativo	6.624	324	768	770
Passivo circulante				
Tegma Logística de Armazéns Ltda	49	-	-	-
Tegma Logística Integrada S.A. (vii)	1	8.892	-	-
Tegma Logística de Veículos Ltda (vi)	342	3.327	-	-
Tegma Cargas Especiais Ltda (viii)	-	6.979	-	-
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	310	168	-	-
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. (iv)	-	-	231	232
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (iii)	360	661	360	661
Sinimbu Participações Societárias e Empreendimentos S.A. (ii)	235	235	235	235
Total do passivo	1.297	20.262	826	1.128

Resultado	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita de serviços prestados				
Grupo Itavema (i)	1.804	1.938	1.804	1.938
Cisa Trading S.A. (v)	3.345	2.527	12.267	11.009
Tegma Logística Integrada S/A	215	16	-	-
Outras receitas operacionais				
Grupo Itavema (i)	111	101	111	101
Catlog Logística de Transportes S.A.	-	1	-	2
Cisa Trading S.A. (v)	-	-	139	161
Tegma Logística Integrada S/A	501	665	-	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	133	281	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	11	-	-	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	1	5	-	-
	6.121	5.534	14.321	13.211
Despesas gerais e administrativas				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	(3.421)	(1.303)	-	-
Tegma Logística Integrada S/A	(347)	(209)	-	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	(3)	(4)	-	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	-	(1)	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda	(71)	-	-	-
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (iii)	(4.314)	(3.437)	(4.314)	(3.437)
Sinimbu Participações				
Societarias e Empreendimentos S.A. (ii)	(2.825)	(2.863)	(2.825)	(2.863)
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. (iv)	-	-	(2.773)	(2.695)
	(10.981)	(7.817)	(9.912)	(8.995)

Segue a movimentação do passivo circulante que contém a cessão de créditos tributários celebrada entre a Companhia e suas Controladas:

	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2017	20.262
Transferência ativo fiscal diferido	(9.964)
Pagamento	(8.819)
Outros	(182)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.297

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente, os conselheiros, os diretores estatutários e eventuais pessoas relacionadas à acionistas controladores indiretos. A remuneração paga ou a pagar por serviços na condição de empregados está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Salários e encargos	(5.832)	(6.552)
Honorários de diretoria (Conselheiros)	(2.513)	(2.030)
Opções de ações	-	44
Participação nos lucros	(2.098)	(1.758)
	(10.443)	(10.296)

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 27 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria da Companhia no montante de R\$ 10.499, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

25 Seguros

A Companhia e suas Controladas mantêm seguros, sendo a cobertura contratada, como indicado a seguir, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

- (a) Transporte de cargas - cobertura variando, conforme natureza e tipo de transporte, cobertura de até R\$1.700 para carga geral e para veículos de acordo com o modelo transportado.
- (b) Armazenagem de mercadorias - cobertura variável, conforme local e tipo de mercadoria, com cobertura no montante equivalente a US\$80.000.
- (c) Responsabilidade civil contra terceiros danos materiais, corporais, morais e acidentes pessoais - cobertura até R\$1.000; no caso de frota de terceiros a cobertura é a mesma.
- (d) Frota de apoio - casco colisão, roubo e incêndio - 105% do valor de mercado tabela FIPE.
- (e) Demais bens do ativo imobilizado, incêndio, raio, explosão, furto qualificado, danos elétricos e outros - cobertura corporativa de R\$56.925
- (f) Responsabilidade civil de administradores - cobertura de R\$60.000.

A Administração da Companhia, considerando os custos financeiros envolvidos na contratação de seguros para sua frota de caminhões e semirreboques, bem como a probabilidade da ocorrência de sinistros e seus eventuais impactos financeiros na operação, adota a política de não contratar essa proteção, mantendo, todavia, seguros para o ramo da responsabilidade civil contra terceiros, como mencionado anteriormente.

26 Compromissos com arrendamento operacional

Política contábil

Os arrendamentos efetuados pela Companhia na figura de arrendatária nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

A Companhia e suas Controladas não possui contratos de arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Os pagamentos totais mínimos de arrendamento segundo arrendamentos operacionais, em 31 de dezembro de 2017, estão resumidos a seguir:

	Controladora	Consolidado
Obrigações brutas de arrendamento operacional - Pagamentos mínimos de arrendamento		
Até 12 meses	17.964	35.826
De 13 a 60 meses	23.207	48.369
Acima de 60 meses	6.907	6.907
	48.078	91.102

27 Eventos subsequentes

Reestruturação societária

Em 8 de fevereiro de 2018 a Controladora celebrou o acordo de acionistas (e outros documentos definitivos) referente à criação da joint venture com GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística S.A. (“GDL”), BCDF E JR Participações S.A. (“Holding Silotec”), que congregará as atividades de armazenagem e movimentação de mercadorias em geral desenvolvidas em Cariacica-ES pela Tegma Logística Integrada (“TLI”) e pela Companhia de Transportes e Armazéns Gerais (“Silotec”).

Pagamento do principal e juros das debêntures

Conforme mencionado na Nota 12, em 15 de fevereiro de 2018, a Companhia efetuou o pagamento do principal e juros das debêntures (1ª série) nos montantes de R\$ 66.666 e R\$ 4.725, respectivamente.

Outros

Em 1 de março de 2018 foi enviado a notificação previa relativa ao distrato do contrato de locação de imóvel celebrado com a Sinimbu localizado em Betim-MG